

Mulheres em espaços de poder: Conquistas e desafios na gestão Pública e Universitária na cidade de Rio Grande

Miriam Cristina Antunes¹, João Vitor Aguiar²

¹Graduanda em Arqueologia – FURG | ²Graduando em Química Licenciatura – FURG

Orientador: Prof. Dr. Carlos Machado – Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

RESUMO

O presente artigo analisa o avanço da representatividade feminina em espaços de poder na cidade do Rio Grande/RS, com foco nas recentes nomeações de mulheres para cargos de liderança na gestão pública e universitária. A eleição de Darlene Pereira como prefeita da cidade e a posse de Suzane Gonçalves como reitora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) representam marcos significativos em uma cidade historicamente patriarcal. A pesquisa discute os impactos dessas conquistas no cenário político e acadêmico local, bem como os desafios enfrentados por essas lideranças na promoção da equidade de gênero, considerando também aspectos interseccionais como classe e raça. O trabalho enfatiza a importância da ocupação feminina nos espaços de decisão e aponta para transformações estruturais em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Gênero. Liderança feminina. Gestão pública. Universidade. Rio Grande/RS.

O machismo, enquanto forma de dominação, exploração e discriminação das mulheres pelos homens, ainda se manifesta de maneira profunda nas estruturas sociais. No entanto, a cidade do Rio Grande/RS tem dado passos importantes no enfrentamento dessas desigualdades. Ver, após 288 anos, uma mulher assumir o cargo máximo no governo municipal, e também a nomeação de uma nova reitora na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), representa um marco histórico para uma cidade com raízes fortemente

patriarcais. Essas conquistas simbolizam não apenas avanços institucionais, mas também a possibilidade real de transformação social, especialmente em um contexto onde as relações de gênero se entrelaçam com questões de classe e raça/etnia na manutenção de estruturas de poder. É inspirador acompanhar esse movimento de mudança, que abre caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Na gestão da cidade tivemos a eleição de **Darlene Pereira**, servidora da FURG e assistente social comprometida com as causas populares, como a primeira prefeita da cidade com 288 anos desde sua fundação. Sua eleição é um marco a ser destacado na representatividade feminina e no fortalecimento do protagonismo das mulheres na política local. Em suas palavras, “não basta colocar a política pública na mão das pessoas, é preciso fazer a reflexão de onde ela vem” (VELLEDA, 2024), ao enfatizar a importância da formação política da população e da construção coletiva das políticas públicas.

Na gestão da Universidade pública da cidade, a FURG, a escolha pela comunidade universitária e a posse da professora **Suzane Gonçalves** como reitora, em janeiro de 2025, também representa um avanço significativo na democratização da gestão universitária e no empoderamento das mulheres em nossa cidade. Em seu discurso de posse, Suzane destacou a missão da universidade pública de servir à sociedade e propôs “estreitar os laços com a comunidade externa, com o setor produtivo e com os movimentos sociais” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2025). Além disso, anunciou a formação de uma equipe composta majoritariamente por mulheres em cargos de liderança inéditos. Dentre essas lideranças, destaca-se **Elenise Ribes Rickes**, atual pró-reitora de Planejamento e Administração (Proplad), com mestrado profissional em Administração Pública e tendo como trajetória a defesa da sustentabilidade institucional (PROFIAP, 2025); na pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), **Daiane Dias** tornou-se, também, a primeira mulher a ocupar o cargo na Universidade e visará expandir os programas de pós-graduação e o fortalecimento da pesquisa (STUDIO LIVRE, 2025).

Outras figuras femininas que ocupam cargos de liderança incluem **Tamires Lopes Podewils**, diretora do Instituto de Educação, cuja atuação é marcada pela pesquisa em educação ambiental e participação no movimento sindical e feminista; **Ana Furlong Antochevis**, psicóloga e coordenadora da SECAID, engajada na promoção da inclusão e

da diversidade; e *Dione Kitzmann*, que assumiu a direção do Instituto de Oceanografia, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo, com destaque para sua pesquisa sobre lixo marinho e políticas costeiras. Na educação da cidade, assumiu também *Cleuza Dias*, ex-reitora, professora do PPGEA/FURG e comprometida com as causas educacionais e populares.

Essas conquistas refletem um movimento de ruptura com a histórica exclusão das mulheres dos espaços de poder e apontam para um futuro mais plural, onde a equidade de gênero deixa de ser um ideal e passa a ser prática concreta.

REFERÊNCIAS

FURG. Futura gestão anuncia parte da equipe para o mandato 2025-2029. 11 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/futura-gestao-anuncia-parte-da-equip-e-para-o-mandato-2025-2029>> . Acesso em: 04 abr. 2025.

JORNAL DO COMÉRCIO. Suzane Gonçalves assume a reitoria da FURG em Rio Grande. 17 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/jcsul/2025/01/1187634-suzane-goncalves-assume-reitoria-da-furg-em-rio-grande.html>> . Acesso em: 04 abr. 2025.

PROFIAP. Dissertação de Elenise Ribes Rickes. 2025. Disponível em: <<https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2025/03/ELENISE-RIBES-RICKES.pdf>> . Acesso em: 04 abr. 2025.

STUDIO LIVRE. FURG amplia oferta de pós-graduação com quatro novos cursos aprovados para 2025. 2025. Disponível em: <<https://studiolivre.org.br/noticia/1721764>> . Acesso em: 04 abr. 2025.

VELLEDA, Luciano. Darlene: não basta colocar a política pública na mão das pessoas, é preciso fazer a reflexão de onde ela vem. Sul21, 10 out. 2024. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/politica/eleicoes-2024/2024/10/darlene-nao-basta-colocar-a-politica-publica-na-mao-das-pessoas-e-preciso-fazer-a-reflexao-de-onde-ela-vem>> . Acesso em: 04 abr. 2025.

Foto: Hiago Reisdorfer/Secom



<https://www.jornaldocomercio.com/jcsul/2025/01/1187634-suzane-goncalves-assume-reitoria-da-furg-em-rio-grande.html>



<https://sul21.com.br/noticias/politica/eleicoes-2024/2024/10/darlene-nao-basta-colocar-a-politica-publica-na-mao-das-pessoas-e-preciso-fazer-a-reflexao-de-onde-ela-vem/>

Projeto leva apoio jurídico e social a comunidades pesqueiras atingidas por enchentes no RS

Miriam Cristina Antunes¹, João Vitor Aguiar²

¹Graduanda em Arqueologia – FURG | ²Graduando em Química Licenciatura – FURG

Orientador: Prof. Dr. Carlos Machado – Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Resumo

O presente artigo apresenta um breve relato sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão "Atendendo ao Povo das Águas", realizado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) entre os anos de 2023 e 2024. O projeto teve como foco comunidades pesqueiras atingidas por enchentes na região do estuário da Lagoa dos Patos, buscando oferecer suporte jurídico, social e educacional. A partir de metodologias participativas, o trabalho resultou em ações de escuta ativa, oficinas, levantamento de dados e apoio na solicitação de benefícios. A experiência revelou a importância do diálogo entre saberes acadêmicos e populares e reforçou o papel social da universidade em contextos de crise.

Palavras-chave: comunidades pesqueiras, extensão universitária, justiça socioambiental, educação popular.

Introdução

As enchentes ocorridas no estuário da Lagoa dos Patos, no sul do Rio Grande do Sul, nos anos de 2023 e 2024, deixaram profundos impactos sociais e ambientais em comunidades pesqueiras tradicionais. Locais como Ilha da Feitoria, Z3, Torotama, Marinheiros, Santa Isabel e a Colônia Z8 foram severamente afetados pelas águas e por um histórico de negligência do poder público. Com o intuito de responder a esse cenário, foi criado o Projeto de

Extensão “Atendendo ao Povo das Águas”, liderado por docentes e discentes da FURG, em parceria com diversas instituições públicas e movimentos sociais. O projeto teve como objetivos principais a escuta ativa das comunidades, o apoio jurídico, o levantamento de dados e a promoção de ações de educação popular. As atividades buscaram promover o fortalecimento da autonomia comunitária e o acesso a direitos fundamentais como saúde, moradia e reconhecimento enquanto povos tradicionais.

O objetivo do projeto foi levar assistência jurídica, educacional, ambiental e social às comunidades mais afetadas, por meio de ações práticas e escuta ativa. Além disso, participam do projeto a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado (DPE-RS), o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual (MPE-RS), além de universidades como a UFPel (Universidade Federal de Pelotas) e o IFSul, junto com sindicatos, associações locais e lideranças comunitárias.

Relato de Experiência – Miriam Cristina Antunes

Como estudante de Arqueologia e integrante do Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, participei de saídas de campo em comunidades como a Ilha do Torotama e a Z3. A vivência permitiu identificar o abandono histórico dessas populações, especialmente no que diz respeito à prática da pesca artesanal e às condições de moradia. A experiência contribuiu para pensar uma arqueologia engajada, ética e comprometida com os sujeitos sociais do presente.

leia o artigo completo no site....

Relato de Experiência – João Vitor Aguiar

Participar do projeto como estudante de Química Licenciatura foi profundamente transformador. Visitei comunidades em que a precariedade educacional era evidente e percebi como o trabalho em equipe e a escuta ativa podem gerar impactos reais. Compartilhei saberes, mas também aprendi com os

conhecimentos locais, construindo pontes entre a universidade e o território. A experiência reforçou minha compreensão do papel social da educação e da importância da solidariedade em tempos de crise climática.

leia o artigo completo no site....

Relato de Experiencia - Ana Furlong Antochevis

“Após uma primeira intervenção que apoiou a garantia da subsistência e das condições de reconstrução dos territórios e população atendidos, o Projeto poderá apoiar o desenvolvimento dessas comunidades no sentido de serem sujeitos críticos e autônomos na constituição de estratégias coletivas de enfrentamento às mudanças climáticas e seus efeitos devastadores. Contribuirá, portanto, para a tecitura de uma Educação Ambiental crítica, que atue *desde e com* as comunidades rumo à justiça social, à justiça ambiental e à justiça climática (MACHADO e MORAES, 2019).”

“A extensão nos coloca dentro das comunidades, sentindo e pensando juntos”

leia o artigo completo no site....

Considerações Finais

Em tempos de catástrofes e emergência climática, os grupos mais vulneráveis são os mais afetados. A atuação do projeto mostrou que é possível construir solidariedade e transformação a partir do diálogo, da ação coletiva e do exercício da cidadania. Mais do que assistência, ofereceu-se escuta, reconhecimento e construção conjunta de alternativas para o fortalecimento dessas comunidades.

Referências

FURG/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Projeto de Extensão “Atendendo ao Povo das Águas”. Rio Grande: FURG, 2024.

FURLONG, Ana. Doutoranda do PPGEA/Observatório dos Conflitos apresenta projeto na AUGM (Montevideú, nov. 2024). Disponível em:

<<https://www.furg.br/en/noticias/noticias-internacional/doutoranda-em-educacao-ambiental-apresenta-trabalho-em-seminario-realizado-em-montevideo>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Entrevista a Viviane Alves, pescadora artesanal da Ilha dos Marinheiros e coordenadora do movimento pescadores e pescadoras do Estado do Rio Grande do Sul.

Então, aqui, na comunidade das Ilha dos Marinheiros, é o melhor lugar para se morar, nós vivemos em meio à natureza, a paz, a tranquilidade que tem dentro da comunidade e isso não tem preço. Não existe valor que pague o que a comunidade e a união da comunidade. Porque nós somos uma comunidade muito unida. A ilha tem 25 quilômetros de estrada e toda ela é unida. Agora, nessas enchentes mesmo que a gente viu, o quanto esse modo de viver, de fazer e de ser organizado, faz ser uma comunidade diferente. Porque quando o poder público abandonou a comunidade, foi a comunidade pela comunidade.

A organização da comunidade, um vizinho ajudando o outro, um morador a 12 quilômetros vim socorrer um morador da entrada da ilha. E isso é muito valoroso, o poder público não valoriza isso. Mas essa nossa organização aqui, se não fosse a solidariedade das pessoas da comunidade, enfim, eu não sei que seria de nós. Nós tivemos uma moradora aqui que chegou a falecer, que a gente tentou de todas as formas que o poder público viesse retirar ela antes de ela entrar em óbito e não atenderam os pedidos.

“O que a gente viu nesse engenho aqui, é que a comunidade mudou, mudou muito. e vai mudar muito mais”

A gente viu a destruição das casas das pessoas, a destruição das lavouras, porque aqui a gente também não é só pesca, e agricultura familiar. E a gente viu que as pessoas perderam tudo. E vão demorar muito tempo para se recuperar. Locais que sofreram muitas erosões, onde tinham as casas mesmo das pessoas que a água levou, aqueles terrenos ali, aquele pátio da pessoa que não existe mais.

Então a gente vê que cada enchente que ocorre aqui nessa ilha, a gente vê que a comunidade sofre muitas e muitas erosões. Tem um lado mesmo aqui da ilha que ela já vinha sofrendo há muitos anos, e agora mesmo com essa enchente ela perdeu uma boa parte dela. E a gente vê quando será que a Ilha dos Marinheiros vai secar. A gente não tem nem ideia.

A pesca vai se recuperar. Agora, a agricultura vai ser mais difícil, porque a agricultura com esse solo encharcado, vai demorar. Nós, abandonados pelo poder público, que nem se quer uma balsa, botou pra gente poder acessar, os caminhões entrar, trazer os insumos pras pessoas, a única ponte que liga Rio Grande a ilha dos marinheiros foi arrancada com a chuva, estamos realmente ilhados, sem poder acessar os serviços no centro de Rio Grande, a prefeitura até agora não enviou reforço para consertar os estragos.

Porque hoje a terra, se eu quiser plantar, essa terra vai ter que ter insumos. Ela vai ter que ter adubo, ela vai ter que ter calcário, principalmente, e não vai ter. Porque não tem como os caminhões entrar aqui pra dentro da ilha pra trazer isso pras pessoas. Então a gente vê o quanto a comunidade é abandonada pelo poder público.

Mas a comunidade continua pagando seus impostos, seu ITR, continua sendo cobrado tudo, IPVA dos carros e continua abandonada. Simplesmente botaram uma placa ali proibindo a passagem na ponte.

Vai ficar isolado, né? E o direito? E outra coisa também que o poder público, ele gosta muito de ameaçar os moradores, porque eles acham que a gente não tem o direito de exercer o direito que o cidadão tem de cobrar medidas. Eles acham que vocês vão pra amiga, vocês vão falar, que nem a gente chama a Rádio RBS aqui, a RBS vem pra nos apontar, que saiu no jornal, naquele jornal da uma hora da tarde para o Brasil inteiro, saiu para o jornal do estado todo, e eles não querem isso, eles não querem que a gente cobre.

Então eles ameaçam, muitos moradores da comunidade são ameaçados por esse poder público que vira as costas e não faz nada, não faz o trabalho deles. Porque hoje a gente vê aqui uma ação (Projeto- atendendo o povo das águas) dessa aí que nunca na vida a gente imaginou, que a Caixa Econômica Federal e o INSS dentro da nossa comunidade. Mas o órgão principal da prefeitura, que era o CRAS, não veio. Então é pra ver o quanto o poder público municipal vira as costas das comunidades tradicionais pesqueiras.

Continuação - Fabiana Fagundes Fonseca

Eu sou a Fabiane, sou filha da pesca artesanal aqui da comunidade tradicional pesqueira da Barra de Pelotas, sou filha da pesca artesanal aqui da Barra de Pelotas, sou nascida e criada nessa comunidade, nasci no dia 11 de março de 1995, saí daqui só para estudar.

Estudei, me formei profissional da área ambiental, sou bióloga, professora de biologia e voltei para a comunidade, depois de me formar, para defender esse território tradicional de pesca. A nossa comunidade já tem mais de 5 décadas de existência. O morador mais antigo, que infelizmente veio a falecer nessa enchente, morava aqui desde 1968. Então, são mais de 5 décadas morando nesse local.

Atualmente, o morador mais antigo é de 72, que é o macaco. Então, essa comunidade já enfrentou várias enchentes. E enfrentar água, enfrentar enchentes é algo costumeiro para as comunidades tradicionais pesqueiras, porque a gente mora na beira d'água. Claro que a enchente deste ano foi muito mais forte, foi aterrorizante.

É desolador a situação da nossa comunidade hoje, por isso é tão importante o projeto estar aqui, fortalecendo o processo de reconstrução. Mas é muito importante a gente demarcar que o combate à mudança climática não é remover as comunidades tradicionais dos seus territórios tradicionais, porque viver na beira d'água faz parte do nosso modo de vida e isso é fundamental para que as pessoas continuem sendo.

A PESCA ARTESANAL TRADICIONAL NO SUL DO BRASIL E SEUS DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DAS ENCHENTES.

Edilma Fernandes da Silva

Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Laboratório de Estudos Agrários e ambientais-LEAA

Jara Lourenço da Fontoura

Universidade Federal do Rio Grande

Instituto de Educação-IE/ PPGA NUPEATRO

INTRODUÇÃO

A configuração da rede hidrográfica do Rio Grande do Sul é composta por dois conjuntos hídricos. Suas porções norte e oeste drenam as águas do rio Uruguai, ao passo que sua porção leste drena as águas que vertem diretamente para o oceano atlântico. Parte desse segundo conjunto desagua nas inúmeras lagoas e lagunas costeiras, embutidos na planície costeira do Rio Grande do Sul, dentre elas, a chamada lagoa dos patos, lagoa mirim e lagoa mangueira, além de outras de menor porte (CARDOSO, 2011).

As margens dessas lagoas vivem comunidades tradicionais que sobrevivem da pesca artesanal, essa atividade é parte da cultura do país e importante fornecedora de proteína nos municípios costeiros. A unidade produtiva é a família, envolvendo seus integrantes nos processos de captura, beneficiamento, confecção de petrechos de pesca, sendo o processo produtivo organizado pelo saber-fazer (DIEGUES, 1983; DIEGUES & ARRUDA, 2001).

As populações humanas que vivem em contato direto com o ambiente natural dependem economicamente dos recursos naturais e as formas como esses recursos são utilizados podem fornecer informações importantes para o delineamento de propostas de conservação que visem à sustentabilidade (NOBREGA et al, 2019). Nesse sentido, a pesca artesanal responde por 50% do total mundial de capturas e

emprega cerca de 98% dos 51 milhões de pessoas diretamente envolvidas com a coleta e o processamento dos recursos marinhos (FAO, 2023).

Além do problema das enchentes no sul do Brasil enfrentado pelas comunidades pesqueiras, a pesca artesanal convive com um processo crítico de declínio de sua produção, oriundo da degradação ambiental e da sobrepesca, resultantes de processos de ocupação desordenada, poluição e pesca predatória.

Nesse cenário, iremos discorrer sobre as últimas enchentes que ocorreram e agravaram a vida dos pescadores em sete comunidades pesqueiras do Rio Grande do Sul. Para mostrar a importância da produção pesqueira no Sul, pesquisa realizada por Benvenuto e Moresco (2005) apresentou 33 espécies que habitam os banhados e lagoas costeiras, de 60 capturadas.

A proposta aqui apresentada corresponde analisar os dados obtidos dos pescadores e sua percepção com relação ao enfrentamento na crise climática, as enchentes que vem ocorrendo no sul do Brasil e os desafios no desenvolvimento da atividade da pesca artesanal.

METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa ação nas seguintes comunidades pesqueiras: Ilha dos Marinheiros- Z1, Santa Isabel, São Jose do Norte, Ilha da Torotama, São Lourenço do Sul, Colônia de pesca da Barra de Pelotas, Colônia Z3 (07 - comunidades). Não conseguimos identificar um número preciso de pescadores registrados nas colônias de pesca, mas, segundo informações, são aproximadamente 800 pescadores registrados em cada colônia de pesca abordada nessa pesquisa. Obtivemos uma média de 05 depoimentos em cada comunidade, entre gestores e pescadores e para o desenvolvimento da metodologia nos baseamos também em Silva (2021).

A presente pesquisa contou com levantamento bibliográfico acerca da atividade pesqueira do Rio Grande do Sul, obtenção de dados sobre questões relacionadas a pesca artesanal e mudanças no meio ambiente, através da aplicação de questionários com entrevistas. Associada à pesquisa-ação que é um método científico que tem como

referência a construção dos objetivos da pesquisa por seus sujeitos e o compromisso com a transformação de sua realidade (THIOLLENT, 2007).

Para realização da ação conjunta contamos com diferentes órgãos: INSS, Caixa Econômica Federal, EMATER, CRAS, Corpo de Bombeiros, CID-JUS/UFRG, LEAA/UFPel, Conselho Tutelar, escolas públicas e etc.

Os questionários aplicados aos pescadores enfatizaram informações de natureza socioeconômica e sua relação com o trabalho, produção das espécies capturadas e mudanças ambientes decorrentes das últimas enchentes.

Nas entrevistas aos presidentes das colônias (07 lideranças) de pesca foram obtidas informações sobre o perfil dos pescadores(as), principais desafios enfrentados na pesca artesanal, além dos aspectos relacionados ao funcionamento das colônias com o auxílio aos pescadores e cadastro nas políticas públicas para o enfrentamento da crise atual, onde a maioria dos trabalhadores pescadores(as) perderam seu material de pesca, tiveram suas casas invadidas pelas águas das enchentes e continuam enfrentando dificuldades para sobreviver após as enchentes de junho e julho de 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os pescadores artesanais que realizam suas atividades nas comunidades pesquisadas da lagoa dos Patos costumam capturar: tainha, corvina, linguado, burriquete e bagre. A maioria dos pescadores da Lagoa dos Patos sobrevivem da pesca do camarão e dentre as aflições apresentadas pelos pescadores, está a interferência da enchente na próxima safra que iniciará em fevereiro indo até 31 de maio.

Com os problemas das cheias na Lagoa dos Patos os últimos anos, não tem sido boa a produção de crustáceos, já que as águas ficam doce e frias e o camarão prefere ambiente mais quente e salinizado. *‘A gente tem fé que a água salgada entre na lagoa e melhore a safra do camarão para fevereiro de 2025’.*



Figura 1 – Embarcações utilizadas pelos pescadores das comunidades pesquisadas,
Fonte: acervo pessoal, (2024).

A maioria dos entrevistados iniciaram na pesca desde muito cedo, ainda criança, acompanhando o seu pai na pesca e continuam na atividade, alguns se aposentaram, mas ainda saem para pescar, são poucos os jovens que estão na atividade, quando questionados porque os jovens não querem aprender e sair para pescar, os pais respondem que é uma atividade que exige muito sacrifício e preferem que seus filhos estudem e tenham outra profissão, representando com isso, perda da tradição identificado por outros pesquisadores (SILVA, 2021).

Com relação aos aspectos naturais do sul do Brasil os pescadores destacam muito as alterações ambientais relacionadas ao vento, frio, mar revolto e perigoso durante o inverno rigoroso enfrentado por esses homens que dependem do mar para sustentar suas famílias. *“Às vezes saio para pescar fico três dias pescando, retorno, e fico oito dias em casa sem pescar por causa da mudança da maré”*. (pescador da Barra, com 49 anos de idade).

Dentre as denúncias dos pescadores nas respostas dos questionários, os mesmos destacam, alterações na Legislação da pesca que impactaram diretamente suas atividades como, a proibição da pesca de bagres marinhos das espécies *Genidens barbatus* e *Genidens planifrons*, de grande importância para a pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos. Tal proibição foi decorrente de sua inclusão na lista de espécies ameaçadas de extinção tanto por meio da Portaria MMA 445/2014 (IBAMA, 2014), como da Lei Estadual no 51.797/2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

É importante ressaltar que essas proibições viola o direito da participação democrática nas decisões que envolvem a subsistência das comunidades tradicionais

no Brasil. A captura do Bagre na região sul do Brasil, especificamente no estado do Rio Grande do Sul, as comunidades pesqueiras artesanais atuam sobre os estoques no ambiente estuarino e próximos à costa. Já a frota industrial atua na porção marítima. (WALTER Et al. 2018).

Em contrapartida os pescadores(as) seguem se reunindo periodicamente no Fórum da pesca com o objetivo de defender seu trabalho, a preservação e a conservação do meio ambiente no setor pesqueiro, bem como a promoção do desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza. Suas conquistas remetem à definição de normativas específicas.

Assim, em nenhum momento os pescadores(as) artesanais foram consultados sobre essas mudanças na legislação impostas, recaindo sobre os mesmos os efeitos negativos acerca da proibição. Infere-se que esta nova condição impõe limitações na reprodução social dos pescadores e pescadoras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, região com maior concentração de pescadores no estado e que tem nos bagres um dos quatro recursos de maior relevância na captura (KALIKOSKI & VASCONCELLOS, 2013).

A pesca de pequena escala, a pesca artesanal fornece meios de subsistência para quase meio bilhão de pessoas; setor inclui algumas das comunidades mais vulneráveis à degradação ambiental; meta da FAO é melhorar a gestão dos recursos aquáticos por parcerias. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO considera o grupo essencial na gestão de ecossistemas e na preservação de tradições e culturas milenares. Desse modo, pescadores(as) artesanais, criadores de peixe e trabalhadores do ramo da pesca foram tema de mais de 260 eventos em 68 países. Essas atividades fizeram parte do Ano da Pesca Artesanal e Aquicultura (2023).

Nesse contexto, o conhecimento dos pescadores(as) adquirido ao longo dos anos na atividade da pesca artesanal, poderá subsidiar políticas públicas para conservação das espécies exploradas. Assim, alguns pesqueiros foram citados pelos pescadores de São Lourenço do Sul como: Barra falsa, capão do meio, Camaquã, arroio grande, ponta do banco, capão de areia, banco do quilombo, portal do vitoriano.

D. Maria, e etc. São conhecimentos que poderão contribuir para gestão dos recursos pesqueiros nessas comunidades (SILVA, 2021).

Durante a enchente de maio de 2024 no Sul do Brasil, as comunidades que ocupam as margens das Lagoas dos Patos, Mirim e São Gonçalo, passaram por momentos difíceis, tendo que abandonar suas casas às pressas, com alertas da defesa civil informando da subida do nível da água da Lagoa dos Patos e muitos tiveram que procurar abrigos, casas de parentes e amigos por estarem em áreas de riscos. Nesse cenário, pescadores e pescadoras tiveram que abandonar suas casas para se proteger das chuvas torrenciais e contínuas que ocorreram durante o mês de maio de 2024.



Figura 2 – Marcas da água da enchente de maio de 2024, comunidade pesqueira da Barra- Pelotas/RS. Fonte: autora, (2024).

O resultado disso foi a perda de pertences, memórias, documentos, roupas, móveis, material de trabalho das famílias que tiveram que deixar seu lar. Agora após essa tragédia, vem a parti mais difícil de reconstruir as suas vidas e voltar para suas atividades. É premente que as políticas públicas assistencialistas implementadas pelo governo e gestores não tem chegado para essas comunidades como deveria afim de dar um alento de esperança para recomeçarem sua rotina.

Com relação a dinâmica da Lagoa dos Patos, apesar de todas as mudanças climáticas enfrentadas pelos pescadores nos últimos anos, eles acreditam que a Lagoa dos Patos irá se recuperar da carga de sedimentos recebida e voltara a produção

normal das espécies por eles capturadas e que influenciam diretamente na sua subsistência e meio de vida.

Pudemos identificar vários fatores que influenciam na produção pesqueira da região Sul e segundo os pescadores e presidentes das colônias de pesca, a expansão da soja no Sul do Brasil altera na produção das espécies capturadas e destacam *“Em São João da reserva e arroio de São Lourenço dava muito lambari e atualmente desapareceu, desse lado tem muita plantação de soja”* (pescador de São Lourenço do Sul, de 59 anos de idade).

Esse problema apontado pelos pescadores da diminuição da produção, pode estar relacionado com a expansão exponencial do uso de adubos e fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas que há décadas vem sendo objeto de intensas críticas de ambientalistas, de órgãos ligados a saúde e de sindicatos de trabalhadores, principalmente rurais. De acordo com Porto-Gonçalves (2012) a contaminação das águas dos rios e do lençol freático tem levado a diminuição das espécies e do número de peixes e com isso vem trazendo prejuízos as populações ribeirinhas, enfim a diversidade biológica e cultural. A pesca por exemplo, uma atividade historicamente complementar a agricultura, fica, deste modo prejudicada.

A produção de soja no Rio Grande do Sul, até os anos 1960, estava associada a produção de trigo, de milho e a pastagens para gado bovino, além da criação de porcos e todos os seus derivados (banhas, linguiças etc). Desde os anos 70 esse sistema de uso da terra e toda cultura a ele associado mudou, vem sendo substituído pela monocultura da soja, com todas as implicações decorrentes. O cultivo do trigo se constituía o centro do sistema do uso da terra que visava garantir o pão na mesa e a segurança alimentar não só do gaúcho, mas de outras regiões do país. Desse modo, a insegurança alimentar mantém fortes relações com um sistema agrário-agrícola que visa a mercantilização generalizada, como o que vem caracterizando o período neoliberal agroexportador da monocultura. (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Em 2024 durante a enchente no período de greve universitária nasce o projeto “Atendendo ao povo das águas “ , na FURG (Fundação Universitária do Rio Grande), coordenado por Dr José Ricardo Costa e eu Dr^a Jara Fontoura (

IE-NUPEATRO\PPGEA\FURG), com apoio do sindicato APROFURG e APTAFURG a fim de:

- a) Auxiliar juridicamente à comunidade de pescadores e pescadoras artesanais, que vivem no Estuário da Lagoa dos Patos, RS, no manejo e obtenção dos seus direitos sociais diversos, sejam de natureza previdenciária, assistencial ou trabalhista;
- b) Levantar os dados sobre a situação das estruturas das comunidades, tais como as pontes, os trapiches, peixarias etc), além de fazer uma análise de gênero e geracional, especialmente para demonstrar os impactos nas mulheres e nos jovens;
- c) Mapear problemas e injustiças em que vivem as comunidades tradicionais, permitindo a discussão acerca destes problemas, com publicação no Jornal ECO e no Paralelo 30;
- d) Viabilizar ações interativas sócioambientais junto às comunidades pesqueiras;
- e) Realizar a inscrição dos(as) pescadores(as) no CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar);
- f) Auxiliar na inscrição do Cadastro Único da Assistência Social;
- g) Orientar os pescadores(as) na busca do crédito rural (EMATER);
- h) Possibilitar dados para a construção/inserção de subprojetos de atendimento as comunidades;
- i) Entrevistar lideranças comunitárias/pesqueiras durante as interações socioambientais;
- j) Viabilizar a construção coletiva de um documentário e escrita de um livro sobre a vida dessas comunidades;
- k) Agregar ações de distribuição de cestas básicas e roupas, além de outros itens que as comunidades demandarem, quando das saídas de água do Projeto;
- f) Organizar um seminário com todas as comunidades pesqueiras envolvidas no projeto.

Portanto, nesta relação com os “povos das águas, doces e salgadas”, os quais são e sempre serão sujeitos de direito, nasce o entrelaçamento de troca de saberes e solidariedade socioambiental. Pois somos uma grande teia/rede da vida coletiva interligada e quando uma ponta é destruída todo o resto será atingido.

A natureza a todo instante está dando lições para que em tempo o ser humano mude e repense sua relação com o todo. Nosso Planeta Terra ânsia por mudanças éticas deste viver. É, pois, tarefa de todos nós este pensar e agir cotidiano e planetário. Para Freire (1999), nós precisamos nos repensarmos enquanto sujeitos e nos tornarmos seres de decisão da ruptura e assim continuarmos a esperar:

Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela , só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída. (FREIRE, 1999).

Para alicerçar a metodologia/ação/reflexão deste significativo projeto contamos com os diversos teóricos desde a área jurídica até a área ambiental, os quais foram trazidos de acordo com cada indivíduo/participante/equipe no atendimento as comunidades pesqueiras. Dentre os teóricos contamos para alicerçar/fundamentar o eixo principal deste “fazer e teorizar junto as comunidades pesqueira”, Paulo Freire, Sirio Velasco, Enrique Leff entre outros.

Na teoria do Ecomunitarismo, Velasco (2008) propõe um pensar e agir individual e coletivo, como também um ato sustentável deste fazer e teorizar, fazendo com que as pessoas comprometam-se de forma ética, rompendo com o que está pré-estabelecido e assim construindo outros olhares possíveis de um viver tanto entre si/humanos e com a própria regeneração da natureza.

Baseada nas três normas da ética argumentativa, que parte das seguintes perguntas: O que devo, devemos fazer? Faz com que nos posicionemos diante do cotidiano e de forma ética, busquemos as devidas respostas para esse desafio existencial. Segundo o mesmo autor, a terceira norma diz “Devo preservar-regenerar a saúde da natureza humana e não humana”. Velasco (2008), ainda afirma que :

Somente será possível um existir comunitário pós-capitalista ético, se os indivíduos conseguirem em atitude de libertação, manterem-se em um comportamento com caráter preservador, regenerador/sustentável diante da natureza, e entre si. Assim educar-se é conscientizar-se em diálogo com os outros no contexto de uma ação transformadora sobre a realidade eco-social rumo a uma ordem socioambiental sustentável, que eu chamarei de Ecomunitarismo. (VELASCO, 2008).

Dentro da perspectiva jurídica, atentando sempre para a justiça social, nossos alunos do Mestrado em Direito e Justiça Social, bem como os da Educação Ambiental

do PPGEA/FURG, PPGEA NUPEATRO, além dos outros programas envolvidos, fizeram a problematização das questões levantadas pelas comunidades, o que envolve uma prática jurídica efetiva, através do ajuizamento de ações, bem como a denúncia de situações que geram injustiças sociais. Nesse fazer e teorizar o projeto viabilizou o interligar do conhecimento acadêmico com o comunitário pesqueiro. Foram inúmeros encontros recheados de amorosidade freireana e a vivência da rede\teia da vida. Esses encontros de troca de saberes fortaleceram a cada um que se fez presente, pois havia entrelaçamento de histórias de vidas, mística, sensibilidade, natureza viva, refeição comunitária, alegria\música, luta e respeito dos direitos, escuta solidária, vivência da cidadania, afetividade em atos de justiça socioambiental, diálogos\informativos éticos com muita responsabilidade social e jurídica...

Segundo Leff ,1998:

A universidade desempenha um papel fundamental neste processo de transformações do conhecimento e de mudanças sociais. Isto requer um espaço de autonomia acadêmica e liberdade de pensamento, tempos de maturação de conhecimentos e elaboração de novas teorias, processos de sistematização e experimentação de novos métodos de pesquisa e de formação que não podem ser substituídos pela capacitação técnica de curta duração, pela valorização mercantilista do saber, ou pelo espontaneísmo do ativismo ambientalista. O saber ambiental não se forma nem se esgota nos laboratórios e nas aulas universitárias. É um saber que se constitui na aplicação das ciências aos problemas ambientais, num diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares. (LEFF, p.220-221,1998).

E continua esse pensar afirmando que:

Por tanto, as universidades devem abrir-se a um processo de pesquisa em conjunto com as comunidades e populações nas quais existem os problemas ambientais, capitando os problemas a partir das bases e devolvendo a elas o saber elaborado para a sua aplicação em programas e projetos de gestão ambiental. As universidades devem incorporar temas como o resgate de saberes autóctones e populares, o amálgama de práticas tradicionais com conhecimentos tecnológicos modernos, assim como a transmissão do saber ambiental e sua assimilação por parte das comunidades, para potencializar suas forças produtivas e a capacidade de autogerir seus processos de desenvolvimento. (LEFF, p.221,1998).

E esse saber ambiental vai se constituindo\construindo numa grande rede autossustentável de conexões infinitas. Dizem os pescadores mais antigos que é preciso

somente um começar a remar com determinação que contagiará todo o grupo, e assim fomos todos contagiados através das saídas de campo e atendimento jurídico socioambiental, diminuindo a distância entre o povo da academia e o povo das águas. O saber ambiental construído coletivamente superou as ondas das dificuldades. Transformando as estruturas\ situações injustas em abertura de possibilidades futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades pesqueiras enfrentam muitos problemas infraestruturais para o desenvolvimento de suas atividades, fica claro a importância da participação desses atores na gestão dos recursos, para continuidade de sua atividade que é milenar e continua a margem de políticas públicas consistentes que possam assegurar a sua subsistência principalmente diante das mudanças climáticas enfrentadas nos últimos anos que vem a agravar a situação de sua reprodução socioespacial.

Somos todos elos da mesma rede da vida, portanto corresponsáveis pela defesa dessa vida no nosso PLANETA TERRA!

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEMVENUTI, Marilse de Azevedo; MORESCO, Alex. Peixes – áreas de banhados e lagoas costeiras do extremo Sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. ABRH, 2005.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. A pesca em águas interiores do Rio Grande do Sul: Apontamentos para uma caracterização preliminar. In: SILVA, João Marcio Palheta; SILVA, Christian Nunes da Silva. Pesca e Territorialidades: Contribuições para análise espacial da atividade pesqueira. (Org.) 1 Edição. Belém: GAPTA/UFPa, 2011.

DIEGUES, A.C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo/SP: Ática, 1983.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001.

FAO. El estudio mundial de la pesca y la acuicultura. Rome. FAO, 2003.243p.

FÓRUM - Lagoa dos Patos. Estatuto do Fórum da Lagoa dos Patos. Rio Grande, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança. Um encontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 445. Brasília: DOU de 17/12/2014. Disponível em: Acesso em: 03 ago. 2024.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 2001.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. *Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação*. FAO Fisheries and Aquaculture. Circular n. 1075. Rome: FAO, 2013.

NÓBREGA, M. F.; GARCIA JUNIOR, J.; RUFENER, M. C.; LINS OLIVEIRA, J. E.. *Demersal fishes of the northeast Brazilian continental shelf: Spatial patterns and their temporal variation*. *Regional Studies in Marine Science*, v. 27, p. 100534, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*, 3 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Decreto nº 51.797, de 8 de setembro de 2014. *Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Rio Grande do Sul*. DOE n.º 173, de 09/09/2014. Disponível em: Acesso em: ago. 2024.

SILVA, Edilma Fernandes. *Etnociências como subsidio ao ordenamento da pesca artesanal no nordeste do Brasil*. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 14, n. 2, p. 381-411, maio/jun. 2021.

THIOLLENT, M. T. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2007.

VELASCO, Sirio Lopez. *Introdução a ética, a educação ambiental Ecomunitarista*. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

WALTER, Tatiana WALTER; CALDASSO, Liandra Peres; VERLY, Jéssica Fischer; SILVA, Ederson Pinto da; ALMEIDA, Ivanilda Foster; DIAS, Tanize. *A pesca artesanal dos bagres no estuário da Lagos dos Patos/RS: Um debate sobre a gestão pesqueira ancorada na injustiça ambiental*. Edição especial. X encontro Nacional de gerenciamento costeiro. Vol.44 fevereiro de 2018. DOI: 105380/dma.v.44io.54961.

Articulação de *sentipensares* e extensionismo crítico no Projeto Atendendo ao Povo das Águas - mapeamento de conflitos socioambientais rumo à educação para a justiça ambiental

Ana Furlong Antochevis¹

Atender ao Povo das Águas foi o chamado que emergiu após a devastadora enchente que assolou o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 (COSTA, 2024). O volume de chuva, sem precedente histórico, que precipitou-se sobre a região Norte do Estado, percorreu o caminho geológico das águas, descendo em direção à Laguna dos Patos, rumo ao seu escoadouro no Canal de Rio Grande. Nesse processo, foram inundadas as regiões da costa lagunar, atingindo fortemente os territórios ribeirinhos do extremo sul do RS, cuja população é carinhosamente chamada pelos Coordenadores do Projeto, os Professores Jara da Fontoura e José Ricardo da Costa, de Povo das Águas.

Esse nome em si já nos apresenta um aspecto importante de *sentipensar*, na perspectiva de Fals Borda - não nomeamos apenas uma população, mas um povo; e não nomeamos um povo que possui as águas, mas que “é” das águas. É, no sentido de uma dialética lefebvriana (MACHADO, 2008), na qual interação ser humano, sociedade e natureza, lógica que retira o sentido antropocêntrico e extrativista, pois traz a notícia de uma vida em que a subsistência dos pescadores e pescadoras se desenvolve pela artesanaria - artesanaria de fazeres no mar, artesanaria de produção de apetrechos, artesanaria de relações de sociabilidade e de trabalho, artesanaria de relação com a natureza.

Esse povo vive as subas e baixas das águas não é de hoje. A Laguna, quem vive perto dela sabe, possui uma dinâmica própria em que se alternam seus fluxos e correntes, de forma que este povo conhece cheias, enchentes e inundações periódicas. Por sua localização geográfica pelo acesso ao mar, a Laguna possui também uma dinâmica de relação com o Oceano Atlântico, com suas poderosas correntes e suas próprias dinâmicas, que se dão em dimensões tão mais potentes do que nossa pequenina Laguna. Contudo, tomada pelo volume de água que correu do norte do Estado, a Laguna colapsou, invadindo em extensão, em intensidade e com duração extremas, os territórios que a margeiam, de uma forma que ainda não havia sido vivenciada por seu povo. Ainda que o mar tenha recebido a vazão dessas águas, este processo foi lento, e também a intempérie do período intercalava dias secos e dias de chuva forte, que mantiveram diversas áreas da costa lagunar encharcadas.

¹ Doutoranda em Educação Ambiental - Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental/PPGEA - Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Mestre em Educação Ambiental - PPGEA/FURG. Mestre em Estado, Gobierno y Políticas Públicas - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/FLACSO. Técnica Administrativa em educação - Psicóloga escolar/FURG.

Tão perto, mas ainda assim tão distante, o ambiente urbano em que vivenciamos a Universidade Federal do Rio Grande e todas as suas práxis - em maior ou menor grau - acabou sendo implicado pela natureza neste evento extremo e seus efeitos materiais, sociais e políticos. A FURG tornou-se um espaço de abrigo de parte da população desalojada, foi uma fonte imprescindível de produção e publicização de informes hidrológicos e climatológicos, também de orientações acerca de diferentes tipos de resposta necessárias na iminência e nos momentos subsequentes à catástrofe vivenciada.

Entretanto, passado o momento inicial, novos desafios foram sendo identificados, na medida em que o sobreviver, que parecia já vencido, mostrava sua multidimensionalidade. Porque sobreviver não é um verbo simples - sobrevive-se de muitas formas, mais ou menos precárias, com maiores ou menores capacidades de viver preservadas a partir do momento crítico. Sobrevive-se com pouco, sobrevive-se com nada, sobrevive-se com e sem esperança - mas precisa-se de um mínimo, de estrutura, e de esperança. Nesse espaço de sobrevivência a articulação do Projeto encontrou seu ponto de ancoragem, enquanto ponto em que oferece um marco fixo de suporte, mas que permite ao barco seguir imerso e movimentar-se no entorno das águas, respondendo de acordo com sua dinâmica e trazendo essa capacidade de mobilizar-se e mobilizar novos recursos, na medida em que está sempre se comunicando com o território. A partir do Projeto, o mar vira maretório, e o exercício extensionista conhecido como “saídas de campo” foi batizado como “saídas de águas”, pelo Prof. José Ricardo.

O objetivo do Projeto era, inicialmente, oferecer atendimento jurídico às populações ribeirinhas atingidas pela enchente. Entretanto, a complexidade da realidade, do evento, a complexidade dos fenômenos que se desenrolaram desde o início e ao longo do Projeto, ampliaram o sentido deste objetivo. Conhecedores e “ouvidores” das comunidades, os Coordenadores do Projeto levavam já nas primeiras saídas de águas essa ampliação - a necessidade de não apenas “levar”, mas “atender” - significando estar presente, ouvir, ver, atenciar, intenciar, respeitar, articular, comprometer e comprometer-se.

Assim, havia uma dimensão de atendimento que dava conta de necessidades materiais básicas de suporte à vida: água, alimentos, roupas, remédios. Eram levados grandes volumes de donativos, dimensionados a partir da escuta das representações locais, e conseguidos a partir da articulação com as representações institucionais. Mas também eram levados itens muito específicos - uma cama, um colchão, um berço - necessidades identificadas por uma escuta engajada, e conseguidos por capacidades de articulação afetuosa e solidária de participantes do Projeto.

Outra dimensão do atendimento era a orientação técnica burocrática para garantia de acesso a direitos sociais, protagonizada pelo CIDIJUS (Cidadania, Direitos e Justiça) e EMAJ (Escritório Modelo de Assessoria Jurídica) - Faculdade de Direito. Nessa dimensão, a

capacidade de articulação interinstitucional dos Coordenadores do projeto mostrou o quanto uma artesanias de relações pode impulsionar e multiplicar esforços para transformação social. A cada saída de águas, novos integrantes passavam a fazer parte não apenas dos serviços que estavam sendo oferecidos nos encontros, mas também no apoio à execução da tarefa, da forma que fosse possível. Assim, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, diversos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, Bancos BANRISUL e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, e Cartórios de Registros Civis estiveram presencialmente representados neste mutirão itinerante da defesa de Direitos Humanos. E toda essa mobilização foi possível graças à disponibilidade da ação em parceria com o 3º Comando de Bombeiros Militares na logística de acesso e transporte de pessoal, equipamentos e doações; com o Comitê de Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida/Rio Grande, e pelo apoio de Sindicatos de Docentes (APROFURG) e de Técnicos Administrativos (APTAFURG).

Escutar, estar, articular, conseguir, levar, orientar, explicar, ajudar a acessar - assim foi o nosso “atender”. Me somei aos esforços deste grupo a partir da minha participação no Observatório dos Conflitos Socioambientais do Extremo Sul do Brasil e Leste do Uruguai, no contexto do meu doutoramento em Educação Ambiental, sob orientação do Professor Carlos Roberto Machado, Coordenador do Observatório. Ainda que eu já tivesse conhecido algumas das comunidades, noutras andanças de outros tempos, foram as chuvas de setembro de 2023 que me levaram de volta à comunidade da Torotama, levando, com um grupo de estagiárias da Psicologia da FURG, acolhimento e primeiros cuidados psicológicos aos desabrigados da Ilha. No Projeto Atendendo ao Povo das Águas, entretanto, o momento e as necessidades eram outras - apoiar a organização dos atendimentos, auxiliar no suporte logístico, e durante esse processo, conhecer a realidade das necessidades dessas comunidades para então planejar como o Observatório a minha tese poderiam contribuir para a melhoria da vida do povo das águas.

O primeiro impulso que me levou a participar do Projeto era a lembrança das vidas atravessadas pelas águas, e drasticamente afetadas, na Torotama em setembro de 2023, quando mais de 70 pessoas ficaram mais de um mês em um abrigo. Minha capacidade de apoio, àquela época, era restrita a um grupo de 4 formandas de Psicologia, uma Psicóloga voluntária e uma articulação incipiente com a Secretaria de Assistência Social do município de Rio Grande. Ainda assim, pudemos fazer escutas atentas e atenciosas, pudemos conhecer um pouco do território, da comunidade e dos trabalhadores da Prefeitura que atuavam no abrigo, também os voluntários - escutar sobre suas preocupações, angústias, críticas, e compreensões acerca do fenômeno que havia acontecido de todo o desenrolar de eventos que os levavam até aquele momento no abrigo.

No Projeto Atendendo ao Povo das Águas, pude estar junto com um grupo multidisciplinar, com colegas das áreas do Direito, Educação, Geografia, vinculados aos serviços que estavam participando, mas também a outros grupos e dispositivos universitários que se engajaram nas ações. Essa diversidade maior de tramas interinstitucionais e interpessoais propiciou uma vivência mais enriquecedora, com debates que traziam perspectivas diferentes de compreensão daquele fenômeno que estávamos vivenciando. Assim, enquanto trabalhávamos ou enquanto nos deleitávamos durante as carinhosas refeições oferecidas pelas comunidades, as conversas circulavam entre explicações técnicas oferecidas por uma professora de Geografia, uma crítica ao excesso tecnológico do sistema vinda de um estudante de Direito e de uma pescadora, as memórias dos esforços críticos de salvamento feitas por algum dos companheiros do Corpo de Bombeiros que nos acompanhavam e garantiam que estivéssemos naqueles locais de difícil acesso. Essas conversas expressavam *sentipensares* que se reuniam no contexto desse evento extremo relacionado à catástrofe climática, e ofereciam prismas diversos e multiarticulados de percepções de mundo, mas mantinham o respeito mútuo, especialmente o respeito aos *sentipensares* populares.

Minha participação ativa nas saídas de águas compreendeu várias tarefas. Articulei o apoio e fui motorista da viatura cedida pela APTAFURG/Sindicato para levar donativos e voluntários, participei na organização do material, na orientação das filas - trabalhos intensos e permeados por uma multiplicidade de processos que muitas vezes quem está de fora não percebe. Auxiliei moradores a acessarem aplicativos de registro em sistemas tecnológicos dos governos federal e estadual. Parece pouco, mas são os passos de acesso à garantia de direitos sociais que não poderiam ser feitos por eles mesmos, por não possuírem nem dispositivos tecnológicos, nem acesso à internet, nem as habilidades tecnológicas que nos parecem tão simples, no contexto da vida urbanizada.

Nesse sentido, a partir dessa experiência que transitou entre observação participante e pesquisa-ação, identifiquei a necessidade de integração de políticas públicas e do reforço ao caráter interdisciplinar nas ações propostas pelo Projeto. Assim, na realização de próximos circuitos de intervenção, propomos, desde a perspectiva do mapeamento de conflitos socioambientais e de uma educação emancipatória rumo à justiça ambiental, a oferta rodas de conversa e grupos focais, nas quais poderão ser abordados temas como garantia de direitos civis, saúde integral, emancipação popular, educação ambiental, agroecologia, bem-viver, entre outros. Desta forma, após uma primeira intervenção que apoiou a garantia da subsistência e das condições de reconstrução dos territórios e população atendidos, o Projeto poderá apoiar o desenvolvimento dessas comunidades no sentido de serem sujeitos críticos e autônomos na constituição de estratégias coletivas de enfrentamento às mudanças climáticas e seus efeitos

devastadores. Contribuirá, portanto, para a tecitura de uma Educação Ambiental crítica, que atue *desde e com* as comunidades rumo à justiça social, à justiça ambiental e à justiça climática (MACHADO e MORAES, 2019).

Nossa intenção é aprofundar a integração entre a defesa dos Direitos Humanos e a Educação Ambiental, desde os fundamentos da Extensão Universitária crítica (RODRIGUEZ y TOMMASINO, 2023), atendendo também ao objetivo do Acordo de Escazú de garantir acesso à informação e à participação pública sobre os temas ambientais, incorporando-os às prerrogativas de acesso à justiça em assuntos ambientais, de estabelecimento de padrões de desenvolvimento sustentável, e às lutas por direitos humanos e sociais fundamentais, na perspectiva de uma coalizão do Sul global (CEPAL, 2024).

REFERÊNCIAS

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe**. Versión accesible (LC/A.2023/1-LC/PUB.2018/8/Rev.1/-*), Santiago, 2024.

COSTA, J. R. Projeto Atendendo ao povo das águas: municípios e localidades atendidas em 2024. In: **Núcleos de Práticas Jurídicas: Experiências e Reflexões**. Pelotas: Editora REPENSAR, 2024.

MACHADO, C. R. S. Momentos da obra Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 83-96, 2008.

MACHADO, C. R.; MORAES, B. E. Educação ambiental crítica: da institucionalização à crise. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, 2019. [Educação ambiental crítica: da institucionalização à crise | Quaestio](#)

RODRIGUEZ, N.; TOMMASINO, H.. Extensión crítica e integralidad: tres tesis diez años después. In: **Universidad y territorios interpelados - El Programa Integral Metropolitano revisitado en sus quince años**. Montevideo: UDELAR, 2023.

Relato de experiência da nossa companheira, psicóloga e doutoranda Ana Furlong sobre a sua participação no projeto “Povo das Águas” , versão completa do site (...)

Projeto universitário leva atendimento e cidadania ao “Povo das Águas” após enchente histórica no RS

Rio Grande (RS) – A maior enchente já registrada no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, deu origem a uma mobilização universitária sem precedentes. Coordenado pelos professores Jara da Fontoura e José Ricardo da Costa, o **Projeto Atendendo ao Povo das Águas**, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), uniu esforços acadêmicos e comunitários para atender populações ribeirinhas fortemente impactadas pelas inundações na região da Laguna dos Patos.

Com uma abordagem extensionista crítica e sensível, o projeto ultrapassou o atendimento jurídico emergencial e passou a oferecer apoio logístico, orientação técnica e doações específicas, como camas, berços e medicamentos, sempre a partir da escuta ativa das comunidades.

O termo “Povo das Águas” remete à concepção do sociólogo Fals Borda sobre o **sentipensar**, conceito que valoriza a união entre razão e emoção nas práticas sociais. “Não é um povo que *possui* as águas, mas que *é* das águas”, ressalta o texto da psicóloga e doutoranda Ana Furlong, que integra a equipe e assina o relato da experiência.

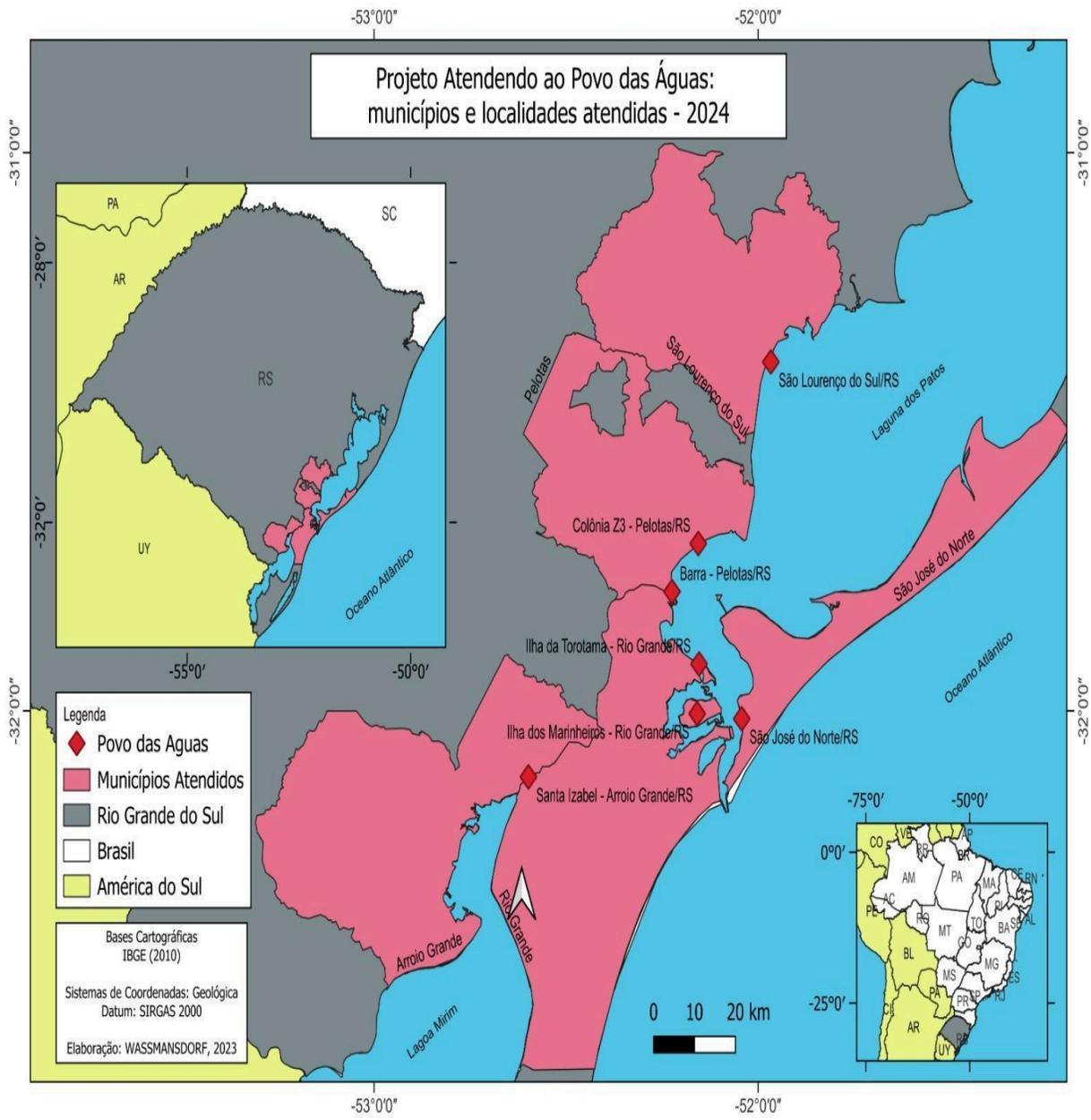
As tradicionais “saídas de campo” deram lugar às chamadas “**saídas de águas**”, visitas às comunidades afetadas com o apoio do Corpo de Bombeiros e de diversas instituições públicas, como INSS, CRAS, EMATER, cartórios, além de sindicatos e movimentos sociais. A logística envolveu desde transporte de donativos até a realização de atendimentos itinerantes de orientação jurídica e social.

A experiência também resultou na proposição de novos desdobramentos, como **rodas de conversa e grupos focais**, focados em temas como direitos civis, saúde integral, educação ambiental, agroecologia e estratégias comunitárias de enfrentamento às mudanças climáticas.

O projeto, agora em articulação com o **Observatório dos Conflitos Socioambientais do Extremo Sul do Brasil e Leste do Uruguai**, almeja contribuir para a formação de sujeitos críticos e autônomos, promovendo uma **educação ambiental comprometida com a justiça social, ambiental e climática**.

A ação dialoga ainda com os objetivos do **Acordo de Escazú**, tratado internacional que garante o direito à informação e à participação em questões ambientais na América Latina.

“A extensão universitária crítica nos coloca não apenas ao lado das comunidades, mas dentro delas, sentindo e pensando juntos as soluções possíveis”, afirma Furlong.



MAPA POVO DAS ÁGUAS.

Entre redes e silêncios: reflexões arqueológicas sobre as comunidades pesqueiras do extremo sul do Brasil

Miriam Cristina Antunes

Sou estudante de graduação em Arqueologia e integrante do Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil. No decorrer da minha formação, tive a oportunidade de participar do projeto de extensão “Atendendo ao Povo das Águas”, em saídas de campo realizadas em comunidades tradicionais como a Ilha do Torotama, a Ilha dos Marinheiros e a Colônia de Pescadores Z3, no estuário da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul.

A experiência de campo foi marcada por escuta, diálogo e aprendizado mútuo. Em contato direto com os modos de vida e as narrativas das comunidades pesqueiras, tornei-me testemunha de um processo histórico de silenciamento e resistência. Como aponta Gilberto Velho (1999), muitas das formas de exclusão social passam não apenas pela marginalização econômica, mas pela “invisibilidade institucional”, uma realidade vivida por muitas dessas populações que permanecem à margem das políticas públicas.

A pesca artesanal, prática central à vida dessas comunidades, enfrenta múltiplas ameaças: a especulação imobiliária, o avanço urbano desordenado, a degradação ambiental e a escassez de apoio governamental. O IBGE (2020), em seu Atlas da Pesca Artesanal, destaca que essas comunidades representam um modo de vida ancestral, intimamente ligado ao território e ao saber tradicional, mas que se vê, cada vez mais, pressionado por lógicas de mercado e políticas de desenvolvimento insustentáveis.

Como futura arqueóloga, esse contato com o presente das comunidades pesqueiras me provocou uma reflexão profunda sobre o papel da Arqueologia enquanto ciência social. A Arqueologia, como lembra Bruce Trigger (2004), nunca é neutra: ela pode tanto reforçar narrativas hegemônicas quanto contribuir para dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas. A aproximação com essas comunidades reforçou minha convicção de que é possível – e necessário – pensar uma Arqueologia engajada, comprometida com as questões do presente e com os sujeitos sociais que habitam os territórios que estudamos.

Além disso, essa experiência vivida por meio da extensão universitária me fez enxergar a potência do diálogo entre saberes. Paulo Freire (1983) já dizia que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” Ao escutar pescadores, pescadoras, moradores e lideranças locais, aprendi que o conhecimento se constroi na relação, no respeito mútuo e na escuta sensível.

Esse intercâmbio entre universidade e comunidade se alinha aos princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000), que reconhece o direito das populações tradicionais de ocupar e manejar seus

territórios, valorizando seus modos de vida e conhecimentos. No entanto, ainda que exista esse reconhecimento formal, a prática revela uma distância entre lei e realidade. Como lembra Manuela Carneiro da Cunha (2009), o reconhecimento legal dos saberes tradicionais é recente e ainda enfrenta muitas barreiras para se efetivar plenamente.

A vivência com o projeto “Povo das Águas” reafirmou, em mim, o compromisso de pensar a Arqueologia de forma conectada com os conflitos e resistências do presente. Trabalhar com e não apenas sobre as comunidades é uma postura ética e política que precisa orientar nossa prática. Afinal, compreender o passado só faz sentido se estivermos dispostos a transformar o presente.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. **Atlas da pesca artesanal no Brasil.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2025.

TRIGGER, Bruce G. **Arqueologia e ideologia: a construção do passado.** In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). *História da Arqueologia.* São Paulo: Contexto, 2004. p. 247-270.

VELHO, Gilberto. **O fenômeno urbano.** In: VELHO, Gilberto. *O patrimonialismo e a realidade brasileira.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 13-28.

Editorial: A cidade no tempo das catástrofes

¹Carlos RS Machado,² Miriam Cristina Antunes

A cidade é o local em que vivemos, trabalhamos, estudamos, construímos esperanças e sonhos com suor e muita dedicação. No entanto, para além das inseguranças, do medo e das destruições causadas pelos humanos, seja através do machismo, do racismo e da discriminação seculares em nosso país, e potencializadas por fascistas e nazistas nos últimos anos no Brasil, passamos a viver em tempos de catástrofes.

A COVID19, vivida entre 2020 e 2022, e as enchentes de maio de 2024, como as recentes e permanentes alterações climáticas, dentre outros eventos extremos estão impactando a cidade. As injustiças pré-existentes de miséria, exploração, racismo, discriminação, contaminação, fome dentre outras que mapeamos e estudamos no Observatório dos Conflitos¹ ampliam-se com tais eventos. Isto porque, são os grupos sociais mais pobres, vulneráveis, que vivem em áreas degradadas, à beira da lagoa ou dos rios, nas ilhas, encostas de morros ou banhados, etc. que são os mais impactados pelos mesmos.

Também, as condições de vida, as possibilidades de se sustentar, de atendimento ou não de serviços de saúde destas populações são as mais vulneráveis, e somente como políticas públicas concretas, ações de prevenção, de criação de infra-estrutura de proteção destas áreas e populações, assim como mecanismos de rápidas respostas, prévias e no desenvolvimento dos eventos podem amenizar as consequências das catástrofes.

Ações como o projeto de extensão Atendendo o Povo das Águas, a ascensão de mulheres em espaços de poder na cidade e na Universidade,² o combate à fome e à miséria desenvolvida por cidadãos e ONGs³ comprometidas com um “outro mundo”, ações

¹ Observatório dos Conflitos Urbanos e Ambientais, Livro 5, org. Ana Lourdes da Silva Ribeiro et al., IBRAJU Edições, 2024, disponível em: https://observatorioconflitosextremosul.furg.br/images/LivrosObs/LivroV_Obsv_conflitos_finalizado_2024.pdf

² Leia os artigos completo no site (link da página do artigo que vai estar na site)

³ Leia mais sobre: <https://observatorioconflitosextremosul.furg.br/>

universitárias de debate e de busca de soluções são fundamentais, e certamente, contribuem para a produção de uma cidade democrática e de qualidade social e ambiental para todos e todas. No entanto, não podemos nos esquecer que as raízes mais profundas de tais eventos catastróficos é o modo de produzir, consumir e destruir capitalista que em busca de lucro, poder e ganância tornam tudo mercadoria. E sua superação em todos os espaços e relações da cidade e na cidade surge como fundamental nas discussões a serem realizadas.